



## “BOSQUEJANDO O MAPA DO SÉCULO XI”, EM 1943

**Mário Gonçalves Fernandes<sup>1</sup>**  
**Mário Barroca<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e FLUP, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal

<sup>2</sup> Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM) e FLUP, Via. Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal

mgfernan@letras.up.pt; mbarroca@letras.up.pt

**Palavras chave:** Cartografia temática; representações territoriais, territórios medievais.

Como se afirmou em diversas ocasiões, foi grande a importância e utilidade das cartas derivadas dos levantamentos desenvolvidos sob as ordens de Filipe Folque, na segunda metade do século XIX, cuja utilização e acuidade, aliás, perduraram até meados do século XX, já que apesar da Carta Chorographica de Portugal, na escala de 1:50.000, ter sido iniciada em 1893, com as primeiras folhas a serem publicadas em 1900, apenas cerca de metade da totalidade estava publicada na década de 1940, enquanto que a publicação dos levantamentos desenvolvidos sob a égide dos militares, da série cartográfica da escala 1:25.000, só seria concluída na década de 1950.

É compreensível, assim, que Amílcar Augusto Patrício se tenha apoiado na cartografia do século XIX para, em 1943, desenhar dois mapas conjecturados sobre o século XI, com coordenação de Paulo Merêa e Amorim Girão, um medievalista e um geógrafo, que juntaram esforços para, “bosquejando o mapa do século XI, restrito às regiões abrangidas pelos documentos dos nossos arquivos”, contribuir para o desenvolvimento do estudo da geografia histórica relativa à “divisão em territórios” na época medieval.

Em vez de um mapa, o objeto de estudo desta comunicação é constituído pelos três mapas insertos num artigo publicado em 1943, reeditado e republicado em 1948:

MERÊA, Paulo & GIRÃO, Amorim (1943), “Territórios portugueses no século XI”. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *Revista Portuguesa de História*, Tomo II, pp. 255-264.

MERÊA, Paulo & GIRÃO, Amorim (1948), “Territórios portugueses no século XI”. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, reedição, 14 pgs., Oficinas da Atlântida.

Como é referido na nota final, apesar da reedição, foram mantidos sem qualquer alteração “os mapas que ilustram este artigo [que] foram desenhados, sob a direcção dos autores, pelo L.do Amílcar Patrício, cuja colaboração muito se agradece, bem como a do Eng. J. Pina Manique de Albuquerque, a cujo cargo esteve até certa altura o trabalho cartográfico” (1943, p. 263).

Na verdade, independentemente do inicial contributo do Eng<sup>o</sup> Pina Manique de Albuquerque (“o então auxiliar de geografia”, com quem Amorim Girão se incompatibilizou e polemizou, a partir de 1943, acerca da autoria de outros

documentos cartográficos), os mapas aparentam ser o resultado das opções de Amílcar Augusto Patrício, ex-aluno de Amorim Girão e colaborador deste na elaboração de diversa cartografia, nomeadamente, para o Atlas de Portugal (1941) e para a Geografia de Portugal (1941), tendo sido, depois, professor de liceu reconhecido e coautor (com Júlio Leal Loureiro) de manuais de Geografia do ensino liceal, recheados de cartografia e cuja utilização perdeu-se ao longo de mais de duas décadas.

## OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

Figura 1 - S/ título, s/ escala [1:220.000], dimensões do papel 25 x 23,5 cm, dimensões da imagem: 21,6 x 19,1 cm, Lito Nacional, Porto.

Figura 2 - "Territórios portugueses no século XI", s/ escala [1:500.000], dimensões do papel: 47,5 x 30,5 cm, dimensões da imagem: 44 x 27,2 cm, Lito Nacional, Porto.

Figura 3 - S/título, s/ escala [1:500.000], dimensões do papel: 47,5 x 30,5 cm, dimensões da imagem: 44 x 27,2 cm, papel vegetal ["folha transparente"] sobreponível.

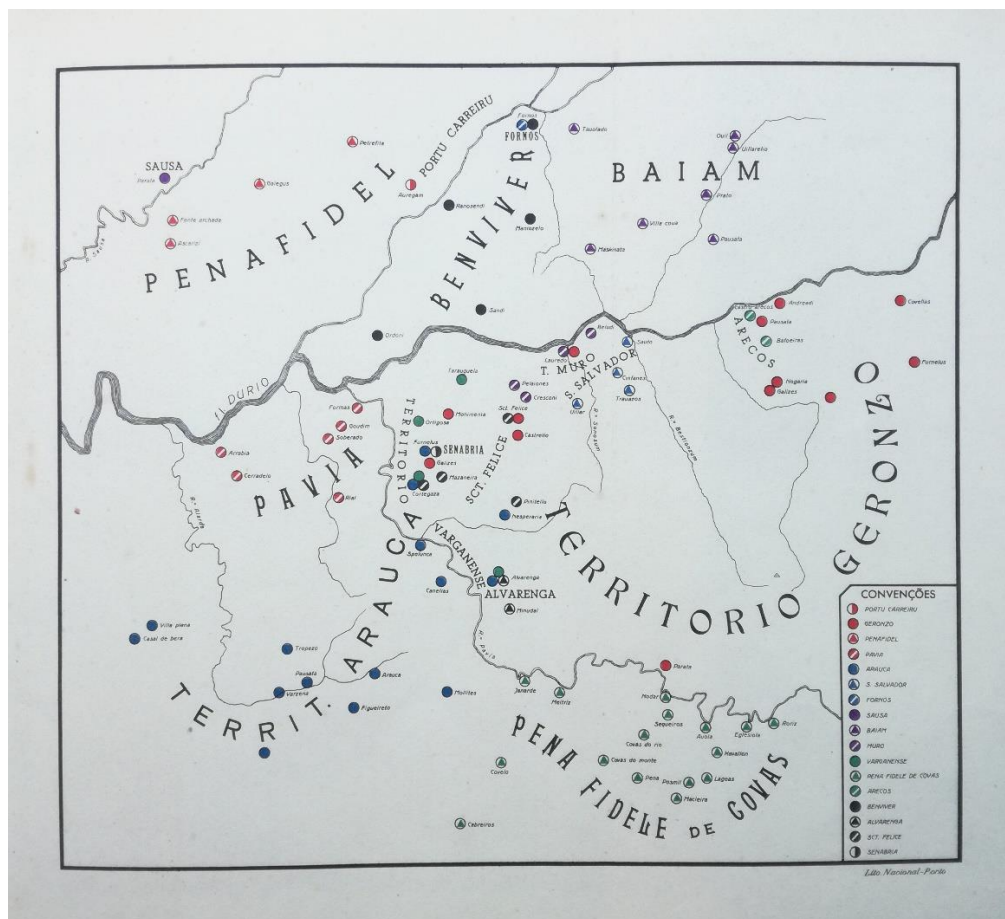


Figura 1 - Mapa da civitas de Anegia.





Apesar das três referências, parece claro que os autores consideraram tratar-se apenas de dois mapas. De facto, vista a afirmação “na folha transparente do mapa” (MÊREA & GIRÃO, 1943, p. 257), pode considerar-se estarmos face a três objetos que constituem dois mapas, que identificaremos (simplificando, mas acompanhando os autores) como mapa da *civitas* de *Anegia* (Figura 1) e mapa das *terras* (Figura 2): o primeiro de maior escala, pormenorizando uma área envolvendo os rios Sousa e Tâmega, na margem direita do Douro, e os rios Paiva e Bestança na margem esquerda; o segundo de menor escala, abrangendo todo o quadrante noroeste de Portugal Continental, entre o rio Lima e o Mondego, mapa materializado em duas peças complementares, uma em papel opaco e outra em papel transparente.

Esta “folha transparente” (Figura 3) não possui qualquer elemento de mapa além da moldura, apresentando apenas o traçado da rede hidrográfica e da linha de costa e parecendo ter sido pensada como técnica de acrescento de informação à peça opaca, sendo decalcada desta e realizada numa fase adiantada do trabalho, já que não dá continuidade à rede hidrográfica no local onde constava a legenda, embora o faça no retângulo onde consta o título. No entanto, a “folha transparente” será tudo isso, mas é também um terceiro mapa temático, visto que, apesar de não ter legenda, se percebe ser o mapa dos “territórios diocesanos”, destringidos pela variável visual cor (verde para Bracara; vermelho para Portucale; preto para Lamego; azul para Viseo; carmim para Colimbria), informação que, sendo complementar, possui um valor intrínseco próprio e incontornável.

A partir da observação comparada, é possível afirmar que o mapa das *terras*, o “Territórios portugueses no século XI” (Figura 2), terá tido como base a Carta Geographica de Portugal, de 1865, ou uma carta dela derivada, acrescentando-se à semelhança de traçados a constatação de que o cálculo da escala daquela resulta na 1:500.000 desta; enquanto que o mapa da *civitas* de *Anegia* (Figura 1), cuja escala se calculou em cerca de 1:220.000, terá sido elaborado a partir da Carta Corographica de Portugal, de 1:100.000, podendo admitir-se o concomitante recurso à observação da Carta de 1:50.000, nomeadamente das folhas até então publicadas (das 74 folhas que cobrem Portugal Continental a norte da Figueira da Foz, 37 foram publicadas até 1943, sendo as primeiras em 1902: 13C – Ovar e 16C – Vagos, num processo que se iniciara em 1893 e “tendo as primeiras folhas sido publicadas em 1900” - ALEGRIA & GARCIA, 1995, p. 80).

Podendo ser confirmada pelo cotejo da sua folha 8, não é surpreendente a utilização da Carta Corographica de Portugal, de 1:100.000, mesmo sabendo-se que as suas folhas foram publicadas entre 1856 e 1904, pois, como refere Maria Helena Dias (1995, p. 226), “foi notável a longevidade da antiga Carta Corográfica: com base nela trabalharam durante pelo menos quatro décadas os geógrafos H. Lautensach, P. Birot, Amorim Girão, Orlando Ribeiro, Mariano Feio ou Fernandes Martins”.

Naturalmente, mais inusitado do que isso ou do que a singeleza da “folha transparente”, cuja simplicidade se compreende pela função de sobreposição para que foi pensada, é a inexistência de quaisquer informações sobre a fonte das bases cartográficas, bem como, principalmente, a ausência de escala em qualquer um dos mapas, situações particularmente surpreendentes quando se sabe que, na direção como na execução, estiveram dois geógrafos tarimbados na conceção e elaboração de mapas.

De facto, apesar da colaboração assinalada pelo próprio Amorim Girão, o papel do Engº Pina Manique de Albuquerque na elaboração desta cartografia específica terá sido breve, visto o “azedar” de relações entre ambos,



numa disputa em torno da autoria dos mapas Zonas Fito-Climáticas de Portugal (Geografia de Portugal, 1941, pp. 206-207) e Esboço Fito-Climático (Atlas de Portugal, 1941, pp. IX-X), com a polémica a estender-se à divisão regional do território português e a perdurar entre 1943 e 1957 (GIRÃO, 1955; ALEGRIA & al., 1989, p. 13).

Consequentemente, foi Amílcar Augusto Patrício quem desenvolveu e concluiu os três mapas, podendo, portanto, ser considerado o autor dos mesmos. Aliás, apesar da especificidade do tema, a simbologia utilizada na cartografia relativa aos territórios portugueses no século XI evoca, por exemplo, o tipo de simbologia utilizada, nomeadamente as formas e cores, na carta XXII do Atlas de Portugal (1941), também elaborada por Amílcar A. Patrício.

Amílcar Augusto Patrício (Figueira de Castelo Rodrigo, 1913-1993) licenciou-se em Ciências Geográficas na Universidade de Coimbra, em 1939 e, no ano seguinte, concluiu o curso de Ciências Pedagógicas (CLAUDINO, 2005, p. 204) e foi enquanto aluno, no contexto de “dois anos de trabalhos práticos de geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1938-1939 e 1939-1940)”, como referiu Amorim Girão no prefácio do Atlas de Portugal (1941), que, conjuntamente com o também aluno Alfredo Fernandes Martins, revelou qualidades para o desenho cartográfico, contribuindo com a elaboração das “cartas I, IV, VIII, XIII, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXIII e XXIV” daquele atlas.

Iniciara, assim, a sua colaboração com Amorim Girão, com o qual manterá estreita relação, quer elaborando cartografia para outros trabalhos de Amorim Girão, quer incluindo muitas das imagens das obras deste nos manuais escolares de Geografia de que será coautor (com Júlio Leal Loureiro, outro aluno de Amorim Girão) e que, a partir da década de 1940, se tornarão, nas décadas seguintes e a par dos de outros autores, “a base do ensino da Geografia nos liceus (...) destacando-se, pela sua qualidade” (DAVEAU, 1995, p. 117) primeiro e depois pelo uso alargado da cor, a partir da década de 1960 (FERNANDES, 2008, p. 17).

Interessado e dedicado à docência liceal, “recusa o convite de Amorim Girão para seu assistente, recusa que repete, mais tarde, a Orlando Ribeiro” (CLAUDINO, 2005, p. 204), embora colabore com ambos, mantendo grande proximidade ao primeiro, tendo participado, juntamente com “os Drs Orlando Ribeiro e Fernandes Martins”, na “revisão das provas” da Geografia de Portugal, para a qual também desenhou “a maior parte das figuras e dos mapas” (GIRÃO, 1941, p. 457). A cartografia dos “Territórios portugueses no século XI”, que aqui abordamos, será o seu contributo menos conhecido entre os geógrafos, mas particularmente reconhecido entre arqueólogos e medievalistas em geral.

## **CIVITATES E TERRAS**

Ao longo do século XI o território hoje português assistiu a uma mudança na organização do espaço que levou à progressiva desarticulação das *civitates* (vastas unidades espaciais criadas na sequência das presúrias de Afonso III das Astúrias) e ao aparecimento de unidades territoriais mais pequenas, designadas *territorium* ou *terrae*. Esta mudança foi crucial, por exemplo, para a evolução das estruturas arquitetónicas, permitindo que surgissem castelos à maneira românica, estruturas de construção mais dispendiosa. E foi também crucial para a afirmação de uma nova nobreza, os Ricos-Homens, que ascenderam ao estatuto mais elevado da sociedade precisamente por força do exercício da administração destes espaços, as *tenências*.



Se a instituição das *civitates* foi uma iniciativa que se consegue localizar no reinado de Afonso III das Astúrias, na sequência da presúria de *Portucale* (868), a difusão do novo modelo de administração do território seria iniciativa de Fernando Magno, e surge na sequência da Campanha das Beiras (1057/58 – 1064). Esta campanha traduziu-se na reconquista definitiva da margem sul do Douro (incluindo Lamego e Viseu) e na reconquista definitiva da cidade de Coimbra e do vale do Mondego. É provável que as primeiras *terras* tenham surgido um pouco antes, desde a viragem dos meados do século. Mas é seguro que a difusão deste novo modelo de gestão do espaço secunda essa campanha militar: mais de 92% das *terras* surgem depois de 1057-58.

Numa fase inicial, de afirmação de poderes e de definição de espaços, os limites destas *terras* era complexo e pouco linear. Só mais tarde, em boa medida graças a uma “colagem” à geografia dos espaços religiosos, nomeadamente paroquiais, é que os limites das *terras* se tornaram mais claros e mais lineares, tal como os vemos plasmados nas Inquirições de 1220. Mas esse foi um processo que se prolongou pelo nosso século XII, grosso modo durante o reinado de Afonso Henriques e Sancho I.

O estudo de Paulo Merêa e Aristides Amorim Girão, que incide sobre o século XI, reconhece essas dificuldades de cartografia e, acertadamente, evitou criar definições claras para espaços que ainda estavam longe de o ser. Nesse sentido, é muito interessante que a cartografia ensaiada tenha optado pela sinalização de cada topónimo em relação ao espaço onde se inseria. Nalguns casos reconhecemos mesmo a oscilação de povoações em zonas de limite ou fronteira, nuns documentos referidas em relação a uma *terra*, noutros em relação à sua vizinha. A complexidade da empresa empreendida por Merêa e Girão, e a competência com que o fizeram, converteram estas cartografias em exemplos clássicos, sempre convocados quando algum autor pretende abordar estas complexas realidades. Volvidos oitenta anos os mapas da responsabilidade de Merêa e Girão e elaborados por Amílcar Patrício ainda não conheceram sucessor à altura.

Nesta cartografia conseguimos visualizar os dois modelos territoriais acima referidos. O velho modelo condal, instituído por Afonso III das Astúrias, pode ser analisado a partir da cartografia da *civitas* de *Anegia* (cuja sede militar se localizava na Sr<sup>a</sup> da Cidade, Eja, Entre-os-Rios), que mereceu um mapa de pormenor. E as novas unidades territoriais de Fernando Magno nos restantes mapas. Neles vemos que a formação destes territórios esteve longe de ser um processo síncrono e uniforme e que incidiu sobretudo numa área específica do espaço hoje português, compreendida entre os vales do Cávado e do Mondego, com uma incidência entre o Ave e o Vouga e numa área que é mais litoral que interior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRIA, M<sup>a</sup> Fernanda e GARCIA, João Carlos, **Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)**, in in M<sup>a</sup> Helena DIAS, coord., *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Ed. Cosmos, pp. 27-84.

ALEGRIA, M. Fernanda., et al., **As duas edições do Atlas de Portugal de A. de Amorim Girão**. Coimbra, Biblos, Vol. LXV, pp. 11-34, 1989.

CLAUDINO, Sérgio, **Os compêndios de Geografia no Estado Novo: Mitos e realidades**. Lisboa: Finisterra, XL, 79, pp. 195-208, 2005.



DAVEAU, Suzanne, **A Cartografia portuguesa moderna: os mapas temáticos**, in M<sup>a</sup> Helena DIAS, coord., *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Ed. Cosmos, pp. 161-181, 1995.

DIAS, M<sup>a</sup> Helena, **Aspectos da produção e utilização actual dos mapas temáticos em Portugal**, in M<sup>a</sup> Helena DIAS, coord., *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Ed. Cosmos, pp. 223-265, 1995.

FERNANDES, Mário Gonçalves, **Manuais Escolares de Geografia: 1830-2008**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id01id1178&sum=sim>).

GIRÃO, Aristides de Amorim, **Atlas de Portugal**. Coimbra: Gráfica de Coimbra (texto) e Lito-Coimbra (mapas). Publicação comemorativa do duplo centenário, 1941, 2<sup>a</sup> edição 1958.

GIRÃO, A. de Amorim, **Geografia de Portugal**. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1941, 2<sup>a</sup> edição 1951.

GIRÃO, Aristides de Amorim (1955), **Sobre uma recente “Carta Ecológica de Portugal”**. Coimbra: Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, Lda, 1955.

MERÊA, Paulo & GIRÃO, Amorim, **Territórios portugueses no século XI**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *Revista Portuguesa de História*, Tomo II, pp. 255-264, 1943.

MERÊA, Paulo & GIRÃO, Amorim, **Territórios portugueses no século XI**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, reedição, 14 pgs., Oficinas da Atlântida, 1948.